

BOLETIM EXTRAORDINÁRIO SINPES

Agosto 2018

BREVE RETROSPECTIVA DOS ANOS DE CHUMBO DE RICHA E TEMER

O ano de 2018 encerra mais um ciclo da vida política e econômica brasileira e paranaense. Estamos prestes a finalizar o período de Michel Temer, galgado a presidente por meio de um golpe institucional, de Beto Richa, um dos piores governadores da história do Paraná. Ambos ficaram marcados pela baixa popularidade e pelos cortes de gastos públicos.

CAÇA ÀS BRUXAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

A utilização de denúncias anônimas como pretexto para instauração de inquéritos disciplinares.

ACOMPANHE A POSIÇÃO DOS PARLAMENTARES NA LEGISLATURA 2015/2018 NAS PRINCIPAIS QUESTÕES QUE INTERESSAM À CLASSE TRABALHADORA

Reforma trabalhista, impeachment da Presidente Dilma, reforma do ensino médio, Paraná Previdência, congelamento dos salários e direitos dos servidores municipais.

PEQUENO MANUAL DE SALVAÇÃO NACIONAL

É guerra!
Estamos sofrendo uma guerra de rapina.
A luta é de salvação nacional.



EDITORIAL

As circunstâncias atípicas desse ano de 2018, em que por razões alheias à vontade da Diretoria do Sinpes não foi possível veicular o Jornal Didata no primeiro semestre letivo ensejaram a publicação, para circular simultaneamente ao Didata 42, desse boletim extraordinário, com material que chegou ao Sinpes após o fechamento do jornal.

Por razões contratuais e econômicas para a elaboração desse boletim não pudemos contar com o concurso da jornalista que nos vem primorosamente acompanhando por quase 15 anos, razão pela qual a Diretoria do Sinpes e o Conselho Editorial deste veículo de comunicação pedem desculpas por eventuais falhas que porventura venham a ser constatadas em razão dessas circunstâncias.

Através desse boletim o Sinpes brinda a comunidade acadêmica com reflexões sobre temas atualíssimos cuja discussão se encontra na ordem do dia nestes tempos adversos em que vivemos.

Esse informativo igualmente tem a pretensão de complementar a abordagem feita pelo editorial do Didata 42 ao trazer para análise de seus leitores as posições adotadas por vereadores, deputados e senadores do Estado do Paraná sobre temas votados nessa legislatura que interessam à classe média e à classe trabalhadora como um todo.

CAÇA ÀS BRUXAS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Diretoria do Sinpes

Agrava-se o clima de incertezas sofrido pelos professores estaduais da rede pública em face da instauração de inquéritos no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Paraná a partir de denúncias anônimas contra docentes que teriam apoiado o movimento de protestos dos estudantes contra a reforma do ensino médio.

Segundo se extrai do site oficial da APP Sindicato estes inquéritos seriam uma "forma de retaliar mobilizações em defesa da qualidade da educação pública através da qual funcionários(as), professores(as) e diretores(as) de escola têm sido até afastados(as) de suas funções".

O Sinpes solidariza-se com a APP-Sindicato, que "cobra do governo a revogação desses atos e retomada da estabilidade na comunidade escolar".

A utilização de denúncias anônimas como pretexto para instauração de inquéritos disciplinares é prática fascista vedada pelo inciso IV do artigo 5º da Constituição Federal, que garante a "livre manifestação do pensamento", mas veda o anonimato.

Segundo pronunciamento feito pelo Deputado Tadeu Veneri no plenário da Assembleia Legislativa no início do mês de julho encontra-se em marcha "deplorável mecanismo de terror implantado nos subterrâneos do governo estadual" em face da instauração de cerca de 3.000 inquéritos disciplinares envolvendo acusações contra cerca de 12.000 pessoas. Dentre os indiciados encontram-se diretores de escolas, professores, estudantes e pais de alunos que teriam sido favoráveis ao movimento de ocupação de escolas ocorrido no ano de 2016 em protesto contra a chamada "reforma do ensino médio".

O Sinpes solidariza-se com todos os perseguidos, profissionais da educação ou não, reputando esse tipo de conduta uma forma ilegal de se coibir a liberdade de pensamento e de manifestação constitucionalmente garantidas, conturbar o ambiente educacional e atentar contra a excelência do ensino.

"...inciso IV do artigo 5º da Constituição Federal, que garante a 'livre manifestação do pensamento', mas veda o anonimato."

PEQUENO MANUAL DE **SALVAÇÃO NACIONAL** PARA COMEÇAR OBRIGATORIAMENTE **HOJE!**

*Samuel Gomes**

É preciso denunciar os deputados traidores que votaram a favor do PL 8939! Com a mesma convicção e determinação com que o galo anuncia um novo dia. Denunciar, constranger os traidores da Pátria. Esclarecer aos brasileiros distraídos, que ainda não entenderam que sofremos e estamos sofrendo um movimento tirânico, um processo evidente de implantação de uma tirania do capital financeiro para a escravização do nosso território (aqui tomado na concepção ampla que lhe conferiu Milton Santos)!

É guerra! Estamos sofrendo uma guerra de rapina. A luta é de salvação nacional. A luta é pela Nação. A denúncia dos traidores da Pátria não é um direito, mas um dever. E tem que ser feita agora! Nesta terça-feira, os deputados traidores, liderados pela figura menor de um tal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia, mais conhecido como Botafogo, querem aprovar em definitivo naquela Casa o criminoso projeto 8939, de autoria da expressão mais precisa e didática, do exemplo mais rematado do que um homem público não deve ser: um negociante vil e abjeto.

O crime é a doação do nosso petróleo às petroleiras internacionais públicas e privadas. Não é privatização, é desnacionalização.

O projeto quer doar o nosso petróleo às petroleiras sem pagamento dos tributos correspondentes que incidem no regime de partilha de produção (Lei da Partilha). Prejuízo de centenas de bilhões de para o Tesouro nacional, os estados e os municípios.

O nome do crime é cessão "onerosa" para as petroleiras estrangeiras públicas e privadas do filé do filé do nosso gigantesco pré-sal. São 15 bilhões de barris de petróleo em jogo. Com a reação popular, o relator do projeto, Fernando Coelho Filho (PMDB/PE), ex-ministro de Minas e Energia do Temer, retirou do regime de cessão onerosa os chamados excedentes (15 bilhões de barris). Com isso, pelo projeto na sua forma atual as petroleiras internacionais meterão a mão pelo regime da cessão "onerosa" em "apenas" 70% de 5 bilhões de barris. Uma "bagatela" de 3,5 bilhões de barris. Mas o Senado pode mudar isso, para pior novamente. Ou rejeitar o projeto.

Esse é o nome do crime. O nome do criminoso é José Carlos Aleluia. É voz corrente que todo dia ao acordar Sua Excelência praticaria um solitário ritual satânico. Presta reverência a Mamom (o dinheiro), finalizando com um grito insano, horrendo, gutural, herético e anticristão: "Mamom, Aleluia!" Daí ter ficado conhecido na Bahia e no Brasil como "o Aleluia"! Um baiano que envergonha a Bahia, um brasileiro que desonra o Brasil! Há quem afirme tratar-se da reencarnação de Joaquim Silvério dos Reis.

Aos cidadãos brasileiros nos cabe denunciar e denunciar para que os deputados traidores da Pátria não sejam reeleitos e para alertar aos senadores a fim de que tenham cuidado e juízo. Se aprovado na Câmara, talvez já nesta terça-feira, o projeto chegará ao Senado! Por isso, os brasileiros atentos e de boa vontade precisamos pressionar, constranger preventivamente os senadores através da denúncia firme, atilada, constante, diária dos deputados traidores da Pátria.

Começemos já, agora. Sigamos na denúncia amanhã logo ao acordar, reiteremos no horário do almoço e voltemos com força total no final da tarde!

Aproveitemos a oportunidade para observar o que os pré-candidatos a presidente dizem (e não dizem) a respeito do criminoso PL 8939! Vejamos quem deles é brasileiro com vergonha na cara e quem é reles encantador de serpentes! Observemos mais: atentemos como votaram os deputados e como votarão os senadores do partido de cada um dos presidencialistas. E se algum presidencialista for deputado, vejamos como ele votou! E denunciemos ao povo brasileiro. É a prova dos nove! É a hora da verdade.

Usemos a nossa imensa criatividade brasileira, escrevendo nas redes sociais, criando vídeos, memes, áudios, cards, outdoors... o que seja!

Senhores blogueiros, senhoras blogueiras, liderem! Publiquem os melhores materiais que circularão nas redes! Magnifiquem! Denunciem, constranjam, informem, esclareçam, alertem o Senado! Ajam como se fossem um único blog, o Blog da Nação!

Chegou a hora de ver se o Senado se degradou, virou uma casa de tolerância ou ainda é a Casa da Federação!

É aquela corrente prá frente! Avante, Brasil! Salve a Nação! O Brasil vencerá. O Brasil é maior!

** Samuel Gomes é mestre e doutorando em Filosofia do Direito, advogado em Brasília e assessor parlamentar no Senado Federal. Foi Coordenador do Curso de Direito e Professor na Universidade Positivo e Professor na Universidade Tuiuti.*

BREVE RETROSPECTIVA DOS ANOS DE CHUMBO DE RICHA E TEMER

Tiago Bagatin*

O ano de 2018 encerra mais um ciclo da vida política e econômica brasileira e paranaense. Estamos prestes a finalizar o período de Michel Temer, galgado a presidente por meio de um golpe institucional, de Beto Richa, um dos piores governadores da história do Paraná. Ambos ficaram marcados pela baixa popularidade e pelos cortes de gastos públicos. Um deles será lembrado como o presidente que desmontou a CLT e o outro como o governador do massacre de 29 de abril de 2015. Podemos dizer que foram verdadeiros “anos de chumbo” às trabalhadoras e aos trabalhadores.

A nível nacional, está cada vez mais nítido o sentido do golpe institucional de 2016. Se a formalidade se calçou nas pedaladas fiscais de Dilma, a realidade foi rapidamente desnudada, como um verdadeiro Cavalo de Tróia, em que avançaram as privatizações e a retirada de direitos.

Em 2017 o governo Temer anunciou mais de 60 privatizações e concessões. Dentre elas, constaram setores estratégicos, como Casa da Moeda, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, Aeroportos e (acreditem) até o espaço aéreo – isso mesmo, ele pretendia entregar o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) à iniciativa privada!

Grande parte das empresas estatais foram cobiçadas por multinacionais europeias e chinesas. As interessadas na concessão do aeroporto Hercílio Luz (Florianópolis), por exemplo, foram grupos da Alemanha (Fraport), Espanha (OHL), Suíça e França. No setor de energias, os chineses da Spic Pacific Energy arremataram no final do ano passado a usina de São Simão. A usina de Jaguará ficou com a Engie (franco-belga) e a de Volta Grande ficou com a Enel (italiana).

Em apenas 2 anos de mandato, Michel Temer criou uma série de amarras ao seu sucessor, aprovando projetos que comprometem qualquer grau de autonomia e independência nacional. Além de entregar a estrangeiros nossas empresas estatais estratégicas, comprometendo o futuro da soberania do país, limitou também os próximos governos no que diz respeito aos gastos sociais. Em 2016, a base governista aprovou a PEC 55, que restringe investimentos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos. São mais de 345 bilhões que deixarão de ser destinados à saúde, educação e assistência social. O curioso (para não dizer trágico) é que essa mesma PEC autorizou as chamadas “empresas estatais não dependentes” a transferirem recursos públicos para o setor financeiro privado, privilegiando o capital rentista em detrimento das políticas sociais.

No que diz respeito aos direitos trabalhistas, Temer tentou, mas não conseguiu aprovar, a reforma da previdência, que visava aumentar a idade mínima para aposentadoria. Em compensação, a reforma trabalhista entrou em vigor em novembro de 2017, aviltando as garantias legais conquistadas, com muito esforço, pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. Ela prevê, dentre outras coisas, que o negociado prepondera sobre o legislado, ou seja, o acordo

entre patrões e empregados passa a ter mais valor que os direitos legais. Ao mesmo tempo, ela enfraquece os sindicatos ao retirar sua fonte de financiamento, a contribuição sindical. Isto é, a reforma trabalhista apresenta que o acordo é superior à legislação e, simultaneamente, diminui o poder de negociação de uma das partes – os trabalhadores, que terão suas entidades representativas com estruturas limitadas.

Soma-se a isso, a reforma do ensino médio, os malabarismos para salvar o presidente do impeachment, o favorecimento do agronegócio e da indústria de agrotóxicos e uma série de outras medidas desastrosas. As bizarrices do governo Temer são tantas que em certos momentos até esquecemos que a nível estadual a coisa também não vai nada bem. No final de março de 2018 o então governador Beto Richa deixou o cargo para concorrer a uma vaga no senado. Foram 8 anos de puro desmonte do serviço público, repressão aos movimentos sociais, aumento de impostos, manobras ilegais para fechar as contas e desrespeito à população.

Em 2015, presenciamos as atrocidades cometidas no “massacre de 29 de abril”. Bombas foram jogadas de helicóptero sob a manifestação de servidores públicos, mais de 100 pessoas feridas, cavalaria e um aparato repressivo nunca visto. Tudo para permitir que Richa saqueasse o fundo da previdência dos servidores. Enquanto isso, o governador assistia o massacre de camarote pelas janelas do palácio, regrado a quitutes pagos com o dinheiro do povo.

Sob o discurso de “cortar gastos públicos”, Richa apresentou à Assembleia Legislativa, em meados de 2017, sua versão do pacote paranaense. Com ele, a ideia era “economizar” cerca de 100 milhões anuais, retirando, obviamente, direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. A proposta visou convocar PMs aposentados e aumentar a jornada dos agentes ativos, evitando a realização de concursos públicos e precarizando ainda mais a segurança pública.

As universidades também foram atingidas com o corte de gratificações por dedicação exclusiva, diminuição de salários dos professores e sucateamento do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelas universidades estaduais. O sistema penitenciário, reconhecidamente em frangalhos, sofreu com o acirramento da exploração dos agentes penitenciários, que perderam reajustes na Gratificação Intramuros. Como se vê, a “economia” de gastos públicos atingiu em cheio o lado mais fraco, retirando direitos de servidores e sucateando ainda mais os serviços públicos.

Cabe lembrar que essa não foi a primeira vez que Beto Richa saqueou recursos públicos. Nem mesmo as crianças escaparam da gana do governador em retirar direitos. Em 2015, ele “meteu a mão” em 205 milhões do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), 2 bilhões do fundo previdenciário dos servidores públicos e 5 milhões do Fundo Penitenciário. Além disso, ele abriu o capital da Sanepar,

indicando explicitamente sua privatização, aumentou taxas e impostos (luz em 36,8%, água em 12,89% e IPVA em 40%) e desviou 2 milhões da Receita Estadual. Em contrapartida, no mesmo ano ele aumentou seu próprio salário e de seus secretários em 14,6%. Como se não bastasse, para manter o judiciário rendido aos seus interesses, elevou o auxílio-moradia dos juizes para 4 mil mensais.

O governo Beto Richa não se cansou de desferir ataques ao funcionalismo e a movimentos sociais. Vimos com extrema tristeza o ataque da PM do Paraná em 2016 ao acampamento do MST de Quedas do Iguaçu, onde 2 pessoas foram covardemente assassinadas pelas costas.

Em 2016, para além de novos protestos e paralisações dos professores, tanto nas universidades como em toda a rede estadual, os estudantes ocuparam mais de 950 escolas no Paraná. Um movimento plural e democrático, que mostrou a capacidade de milhares de estudantes em se organizar, das mais variadas formas e métodos, para barrar a reforma do ensino médio e a ameaça de desmonte da educação pública.

Em suma, nesses 8 anos de Beto Richa e 2 anos de Temer só tivemos desgostos. De um lado, aumento do salário do governador e de seus secretários, aumento também do auxílio-moradia dos juizes, bancos lucrando 60 bilhões em 2017, juros e amortização da dívida pública no valor de 4 trilhões e a sangria das investigações (seletivas) de casos de corrupção praticamente estancada. De outro, os salários não acompanharam o ritmo da inflação, os direitos trabalhistas foram desmontados, as empresas estatais entregues a empresas estrangeiras, o estado sucateado ainda mais, os movimentos sociais massacrados e os impostos subiram absurdamente.

Esperamos que os anos de chumbo de Richa e Temer sejam, de fato, coisas do passado. Se após as violências cometidas pelo regime militar vislumbramos a redemocratização, o nascimento de movimentos sociais, o fortalecimento do sindicalismo e o fortalecimento das políticas sociais, desejamos o mesmo para os próximos anos. Se no passado conseguimos superar os anos de chumbo da ditadura militar, façamos o mesmo com os anos de chumbo de Richa e Temer. Que venham os novos tempos!

* Tiago Bagatin é, psicólogo, presidente licenciado do Sindicato dos Psicólogos, ativista dos direitos humanos e professor.

POSIÇÃO DOS PARLAMENTARES NA LEGISLATURA 2015/2018 NAS PRINCIPAIS QUESTÕES QUE INTERESSAM À CLASSE TRABALHADORA

REFORMA TRABALHISTA

Reforma trabalhista, prova inequívoca de que os golpistas tinham entre seus objetivos escusos fragilizar o Estado Social passando de pretexto a forçada indignação contra as famosas pedaladas que deram azo à deposição de uma presidente eleita por mais de 56.000.000 de votos.

CÂMARA DE DEPUTADOS		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
DEM		
Osmar Bertoldi	X	
PDT		
Assis do Couto		X
PMDB		
João Arruda	X	
Rocha Loures	X	
Sergio Souza	X	
PP		
Dilceu Sperafico	X	
Nelson Meurer	X	
PPS		
Rubens Bueno	X	
PR		
Christiane de Souza Yared		X
Giacobo	X	
Luiz Nishimori	X	
PROS		
Toninho Wandscheer	X	
PSB		
Leopoldo Meyer		X
Luciano Ducci		X
PSC		
Takayama	X	
PSD		
Edmar Arruda	X	
Evandro Roma	X	
Reinold Stephanes	X	
Sandro Alex	X	
PSDB		
Luiz Carlos Hauly	X	
Nelson Padovani	X	
PSL		
Alfredo Kaefer	X	
PT		
Enio Verri		X
PTB		
Alex Canziani	X	
PV		
Leandre	X	
REDE		
Aliel Machado		X
SOLIDARIEDADE		
Delegado Francischini		X
SENADO		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
PODEMOS		
Álvaro Dias		X
PT		
Gleisi Hoffmann		X
PMDB		
Roberto Requião		X

IMPEACHMENT PRESIDENTE DILMA

Impeachment da presidente Dilma, que propiciou prosperarem sem resistência parlamentar as medidas entreguistas e o solapamento dos direitos sociais, marcas digitais do governo Temer.

CÂMARA DE DEPUTADOS		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
PDT		
Assis do Couto		X
PHS		
Diego Garcia	X	
PMDB		
Hermes Parcianello	X	
João Arruda	X	
Osmar Serraglio	X	
Sergio Souza	X	
PP		
Dilceu Sperafico	X	
Marcelo Belinati	X	
Nelson Meurer	X	
Ricardo Barros	X	
PPS		
Rubens Bueno	X	
PR		
Christiane de Souza Yared	X	
Giacobo	X	
Luiz Nishimori	X	
PROS		
Toninho Wandscheer	X	
PSB		
Leopoldo Meyer	X	
Luciano Ducci	X	
PSC		
Takayama	X	
PSD		
Evandro Roma	X	
Sandro Alex	X	
PSDB		
Luiz Carlos Hauly	X	
Nelson Padovani	X	
Paulo Martins	X	
PSL		
Alfredo Kaefer	X	
PT		
Enio Verri		X
Zeca Dirceu		X
PTB		
Alex Canziani	X	
PV		
Leandre	X	
REDE		
Aliel Machado		X
SOLIDARIEDADE		
Fernando Francischini	X	
SENADO		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
PODEMOS		
Álvaro Dias	X	
PT		
Gleisi Hoffmann		X
PMDB		
Roberto Requião		X

REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Nova regulamentação do ensino médio utilizada para permitir o "contrabando jurídico" que revogou a jornada reduzida dos professores de quatro horas aulas consecutivas e seis intercaladas estabelecida pelo artigo 318 da CLT, colocando os docentes na vala comum dos trabalhadores em geral.

CÂMARA DE DEPUTADOS		
PARLAMENTAR	FAVOR*	CONTRA*
DEM		
Osmar Bertoldi	X	
PDT		
Assis do Couto		X
PHS		
Diego Garcia		X
PMDB		
Osmar Serraglio	X	
Sergio Souza	X	
PP		
Dilceu Sperafico	X	
Nelson Meurer	X	
PPS		
Rubens Bueno	X	
PR		
Luiz Nishimori	X	
PROS		
Toninho Wandscheer	X	
PSB		
Leopoldo Meyer	X	
Luciano Ducci	X	
PSD		
Evandro Roma	X	
Reinold Stephanes	X	
Sandro Alex	X	
PSDB		
Luiz Carlos Hauly	X	
PSL		
Alfredo Kaefer	X	
PT		
Enio Verri		X
Zeca Dirceu		X
PTB		
Alex Canziani	X	
REDE		
Aliel Machado		X
SOLIDARIEDADE		
Fernando Francischini	X	

* FAVOR = A FAVOR DA PRECARIZAÇÃO E DA ELITIZAÇÃO DO ENSINO E DO FIM DA JORNADA ESPECIAL PARA OS PROFESSORES.

CONTRA = CONTRA A PRECARIZAÇÃO E A ELITIZAÇÃO DO ENSINO E O FIM DA JORNADA ESPECIAL PARA OS PROFESSORES.

PARANÁ PREVIDÊNCIA

Apropriação da reserva previdenciária dos professores e demais servidores públicos estaduais.

CÂMARA DE DEPUTADOS		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
DEM		
Elio Rusch	X	
Nelson Justus	X	
Pedro Lupion	X	
Plauto Miró	X	
PDT		
André Bueno	X	
Fernando Scanavaca	X	
Marcio Pauliki		X
Nelson Luersen		X
PMDB		
Alexandre Curi	X	
Artagão Jr.	X	
Jonas Guimarães	X	
Luiz Claudio Romanelli	X	
Ademir Bier		X
Anibelli Neto		X
Nereu Moura		X
Requião Filho		X
PPL		
Marcio Pacheco		X
PP		
Maria Victoria	X	
Schiavinato	X	
PPS		
Cristina Silvestri	X	
Tercilio Turini		X
PRB		
Pastor Edson Praczyk		X
PSB		
Tiago Amaral	X	
Gilberto Ribeiro		X
PSC		
Alexandre Guimarães	X	
Claudia Pereira	X	
Cobra Repórter	X	
Guto Silva	X	
Hussein Bakri	X	
Marcio Nunes	X	
Missionário Ricardo Arruda	X	
Wilmar Reichembach	X	
Evandro Araújo		X
Gilson de Souza		X
Palozi		X
PSD		
Luiz Carlos Martins	X	
Chico Brasileiro		X
Ney Leprevost		X
PSDB		
Bernardo Ribas Carli	X	
Evandro Jr.	X	
Francisco Buher	X	
Mauro Moraes	X	
Paulo Litro	X	
PSL		
Adelino Ribeiro		X
PT		
Péricles de Mello		X
Professor Lemos		X
Tadeu Veneri		X
PTB		
Tião Medeiros	X	
PV		
Rasca Rodrigues		X
REDE		
Dr. Batista	X	
SOLIDARIEDADE		
Felipe Francischini	X	

CONGELAMENTO DOS VENCIMENTOS

Votação pelo congelamento dos salários dos servidores públicos do poder executivo.

CÂMARA DE DEPUTADOS		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
DEM		
Nelson Justus	X	
Pedro Lupion	X	
Plauto Miró	X	
PDT		
Nelson Luersen		
Fernando Scanavaca	X	X
Marcio Pauliki	X	
PMDB		
Ademir Bier		X
Anibelli Neto		X
Nereu Moura		X
Requião Filho		X
PP		
Maria Victória	X	
Schiavinato	X	
PPS		
Tercilio Turini		X
PSB		
Alexandre Curi	X	
Luiz Claudio Romanelli	X	
Stephanes Junior	X	
Tiago Amaral	X	
PSC		
Cantora Mara Lima		X
Claudio Palozi		X
Evandro Araújo		X
Claudia Pereira	X	
Gilson de Souza	X	
Reichembach	X	
PSD		
Alexandre Guimarães	X	
Cobra Repórter	X	
Guto Silva	X	
Hussein Bakri	X	
Marcio Nunes	X	
PSDB		
Andre Bueno	X	
Berbarido Ribas Carli	X	
Evandro Junior	X	
Francisco Buhner	X	
Paulo Litro	X	
PT		
Péricles de Mello		X
Professor Lemos		X
Tadeu Veneri		X
PTB		
Tião Medeiros	X	
PV		
Rasca Rodrigues		X
PPL		
Márcio Pacheco		X
PEN		
Missionário Ricardo Arruda	X	
SOLIDARIEDADE		
Fernando Francischini	X	

DIREITOS DOS SERVIDORES

Projetos que suprimem direitos dos servidores municipais.

Decisão que extirpou direitos históricos dos servidores públicos municipais realizada vergonhosamente na Ópera de Arame sob a alegação de razões de segurança.

CÂMARA DE VEREADORES		
PARLAMENTAR	FAVOR	CONTRA
DEM		
Julietta Reis	X	
Sabino Pícolo	X	
PDT		
Toninho da Farmácia	X	
Zezinho Sabará	X	
Goura		X
Marcos Vieira		X
PMDB		
Professor Silberto		X
PP		
Maria Manfron	X	
PPS		
Helio Wirbiski		X
PR		
Paulo Rink	X	
PRB		
Osias Moraes	X	
PROS		
Tico Kuzma	X	
PSB		
Colpani	X	
Dona Lurdes	X	
Mauro Ignácio	X	
PSC		
Dr. Wolmir Aguiar	X	
PSD		
Bruno Pessuti	X	
Felipe Braga Cortes		X
Professor Euler		X
PSDB		
Serginho do Posto	X	
Thiago Ferro	X	
Beto Moraes		X
PSDC		
Fabiane Rosa	X	
Cacá Pereira		X
PT		
Professora Josete		X
PTB		
Geovane Fernandes	X	
Pier Petruzzello	X	
PV		
Maria Letícia Fagundes		X
PODEMOS		
Mauro Bobato	X	
Oscalino do Povo	X	
SOLIDARIEDADE		
Katia Dittich	X	



EXPEDIENTE

Esse **BOLETIM EXTRAORDINÁRIO** é informativo do Sinpes – Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 869 sala 606 Curitiba – PR Fone: (41) 3225-1041 sinpes@sinpes.org.br www.sinpes.org.br

Conselho Editorial: Bernardo Kestring, Ilda Lopes Witiuk, Luiz Alberto Sousa Alves, Maria Helena Leviski Alves e Valdyr Perrini.

Colaboração: Queila Monteiro e Anelize Diandra.

Tiragem: 10.000 exemplares.

Impressão: Mult Graphic.

Distribuição: gratuita e dirigida.

Artigos de autoria não traduzem necessariamente a opinião desse informativo visto que são franqueados a todos aqueles que queiram fazer reflexões sobre temas pertinentes. O Conselho Editorial limita-se a analisar a pertinência do tema, franqueando a possibilidade de se posicionar sobre o mesmo por qualquer interessado, não exercendo nenhuma espécie de controle ou censura sobre as opiniões dos autores. A publicação destes textos tem como finalidade estimular o debate e fazer com que o leitor reflita sobre as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

DIRETORIA DO SINPES – SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DE CURITIBA E DA REGIÃO METROPOLITANA

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente: Valdyr Arnaldo Lessnau Perrini

Secretário Geral: Claudio Henrique de Castro

Primeira Secretária: Maria Helena Leviski Alves

Tesoureiro: Luiz Alberto de Souza Alves

Primeiro Tesoureiro: Bernardo Kestring

Diretor de Negociações Coletivas: Carlos Alberto Adão

Suplentes da Diretoria: Fredy Stupiñan Carranza, Carlos Augusto do Nascimento Benkendorf, Ilda Lopes Witiuk, Edson Francisco Stein, Sandra Nodari Romano e Darli de Fátima Sampaio.

CONSELHO FISCAL

Primeiro Titular: Luiz Alexandre Carta Winter

Segunda Titular: Clesi Elisa Albiero